



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | julho 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: julho de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de julho.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião dos Ministros das Finanças da União Europeia</p> <p>13 de julho de 2021</p>	<p>Do debate ocorrido na reunião dos Ministros da Finanças da União Europeia de 13 de julho de 2021 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação económica na União Europeia e Mecanismo de Recuperação e Resiliência – Os Ministros debateram a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Em particular, na sequência da aprovação, por parte de Comissão, da maioria dos planos de recuperação e resiliência dos estados-membros, os Ministros adotaram as Decisões de Execução dos planos de recuperação e resiliência de Portugal, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Itália, Letónia, Luxemburgo, Eslováquia e Espanha. Neste contexto, a próxima fase da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência centrar-se-á na assinatura dos acordos de subvenção e de empréstimo para, posteriormente, se dar início aos desembolsos, em particular dos montantes relativos ao pré-financiamento. ▪ Semestre Europeu de 2021 – Os Ministros aprovaram as conclusões do Conselho relativas às análises aprofundadas de 2021. Estas análises, que constituem parte integrante do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, visam 12 estados-membros, incluindo Portugal. As conclusões do Conselho realçam a importância da coordenação da política económica da UE, em particular das análises aprofundadas na prevenção, deteção e correção de desequilíbrios na área do euro e na União no atual contexto de crise pandémica, a incerteza remanescente e as oportunidades e desafios futuros gerados pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência na resposta às recomendações específicas por país e pelas transições verde e digital. Reconhecem ainda que a crise pandémica não alterou fundamentalmente a natureza dos desequilíbrios, tendo, no entanto, aprofundado alguns já existentes e revertido a sua trajetória de correção. As conclusões confirmam a existência de desequilíbrios e desequilíbrios excessivos em 9 e 3 estados-membros, respetivamente, e registam a decisão da Comissão de não lançar o procedimento por desequilíbrio excessivo no contexto atual. ▪ Programa de trabalhos do Conselho ECOFIN – A Presidência eslovena apresentou o programa de trabalhos para o segundo semestre de 2021, cuja prioridade é a recuperação económica da UE. O programa está ainda focado nas questões relativas à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, bem como ao pacote digital na área financeira, ao financiamento sustentável e à tributação da energia. ▪ Financiamento sustentável – A Comissão Europeia apresentou os elementos do pacote relativo ao financiamento sustentável, nomeadamente estratégia para o financiamento da transição para uma economia sustentável, a proposta de regulamento para obrigações verdes (<i>green bonds</i>) europeias e o ato delegado relativo à informação que empresas financeiras e não financeiras devem divulgar sobre a sustentabilidade das suas atividades. Os Ministros tiveram oportunidade de apresentar as primeiras reações a estes elementos.

Iniciativa

Sumário

	<p>Os Ministros participaram ainda no Diálogo Económico e Financeiro com os países dos Balcãs Ocidentais e a Turquia, tendo adotado conclusões conjuntas sobre este processo, as quais são centradas nos principais desafios de cada economia e nas reformas estruturais necessárias para os ultrapassar. Este processo tem por objetivo preparar estes países para a sua futura participação no Semestre Europeu.</p>
<p>Videokonferência dos Ministros das Finanças da União Europeia</p> <p>26 de julho de 2021</p>	<p>Do debate ocorrido na videokonferência dos Ministros da Finanças da União Europeia de 26 de julho de 2021 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação económica na União Europeia e Mecanismo de Recuperação e Resiliência – Os Ministros prosseguiram com o debate relativo à implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo debatido as decisões de execução do Conselho relativas à aprovação dos planos nacionais de recuperação e resiliência da Croácia, Chipre, Lituânia e Eslovénia, com vista à sua posterior adoção formal por procedimento escrito, dado o caráter informal da videokonferência. ▪ Luta contra o branqueamento de capitais - A Comissão Europeia procedeu à apresentação dos principais elementos do novo pacote legislativo na área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT, na sigla em inglês), previsto no Plano de Ação de maio de 2020, cuja negociação irá ter início em setembro. O pacote, constituído por quatro diplomas legislativos – uma diretiva e três regulamentos - visa essencialmente a definição de um “single rule book” e a criação de uma autoridade a nível europeu para as questões de supervisão AML/CFT – a AMLA. De um modo geral, os Ministros saudaram o novo pacote, considerando muito importante o reforço do atual regime AML/CFT da União.
<p>Plano de Ação para o Risco de Incumprimento – Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento</p> <p>Conselho de Ministros de 29 de julho de 2021</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que visa proteger as famílias com créditos em moratória bancária, passando a beneficiar de uma proteção adicional no âmbito do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e no âmbito do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI).</p>
<p>Execução de Regulamento (UE) – Proteção dos consumidores</p> <p>Conselho de Ministros de 22 de julho de 2021</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2017/2394 relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de proteção dos consumidores.</p>
<p>Auxílios de Estado – Compatibilização com o direito europeu</p> <p>Conselho de Ministros de 22 de julho de 2021</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que regulamenta a Lei do Cinema no que respeita à cobrança de taxas e às obrigações de investimento a que os operadores estão sujeitos, com o intuito de incentivar o desenvolvimento do setor do cinema e do audiovisual.</p>

Iniciativa	Sumário
	Desta forma, harmonizam-se ainda os prazos e clarificam-se as regras que asseguram uma compatibilização com o direito europeu, em matéria dos auxílios de Estado.
<p data-bbox="177 309 539 454">Código dos Contratos Públicos – Evolução tecnológica no setor da construção</p> <p data-bbox="177 488 539 555">Conselho de Ministros de 22 de julho de 2021</p>	<p data-bbox="547 309 1404 421">Aprovou o decreto-lei que altera o regime da revisão dos preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.</p>
<p data-bbox="177 566 539 734">Regime jurídico aplicável à realização, através de videoconferência, de atos autênticos e termos de reconhecimento</p> <p data-bbox="177 768 539 835">Conselho de Ministros de 22 de julho de 2021</p>	<p data-bbox="547 566 1404 745">Aprovou em leitura final, o decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável à realização, através de videoconferência, de atos autênticos, termos de autenticação de documentos particulares e reconhecimentos. Este diploma visa dar resposta à crescente procura de serviços online, face às restrições impostas à prática de atos presenciais devido à pandemia da doença Covid-19.</p>
<p data-bbox="177 846 539 947">Transposição de Diretiva – Boas práticas comerciais</p> <p data-bbox="177 981 539 1048">Conselho de Ministros de 15 de julho de 2021</p>	<p data-bbox="547 846 1404 1025">Aprovou decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/633, relativa a práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. Esta regulamentação, incentivadora das boas práticas comerciais, visa promover o equilíbrio na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar.</p>
<p data-bbox="177 1059 539 1193">Orçamento de Estado – Proibição de suspensão de fornecimento de serviços essenciais</p> <p data-bbox="177 1227 539 1305">Conselho de Ministros de 15 de julho de 2021</p>	<p data-bbox="547 1059 1404 1238">Aprovou o decreto-lei que estabelece as regras aplicáveis à proibição de suspensão de fornecimento de serviços essenciais por forma a garantir a continuidade dos procedimentos consagrados no Orçamento do Estado para o primeiro semestre de 2021. Este diploma replica as disposições que vigoraram no 1.º semestre, agora aplicáveis até 31 de dezembro de 2021.</p>
<p data-bbox="177 1317 539 1440">Bases da concessão do metro ligeiro do Porto e do metropolitano de Lisboa</p> <p data-bbox="177 1473 539 1541">Conselho de Ministros de 8 de julho de 2021</p>	<p data-bbox="547 1317 1404 1406">Aprovou o decreto-lei que altera as bases da concessão do metro ligeiro da área metropolitana do Porto e o quadro jurídico da concessão para o metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes.</p>
<p data-bbox="177 1552 539 1821">Sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia – Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado</p> <p data-bbox="177 1854 539 1915">Conselho de Ministros de 8 de julho de 2021</p>	<p data-bbox="547 1552 1404 1619">Aprovou o decreto-lei que procede à revisão do regime jurídico das sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia.</p> <p data-bbox="547 1630 1404 1832">O presente diploma vem alterar o regime relativo à dinamização do mercado de capitais com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas, alterando ainda o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado. Tal alteração clarifica algumas opções legislativas previstas naquele regime que afetam as SIMFE - sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto/Diploma	Descrição
Prorrogação das moratórias bancárias Lei n.º 50/2021 - Diário da República n.º 147/2021, Série I de 2021-07-30	Prorroga as moratórias bancárias, alterando o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março.
Retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial Portaria n.º 166/2021 - Diário da República n.º 147/2021, Série I de 2021-07-30	Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial.
Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas. Decreto-Lei n.º 64/2021 Diário da República n.º 145/2021, Série I de 2021-07-28	Aprova a criação da Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas.
Fundo de Capitalização de Empresas Decreto-Lei n.º 63/2021 - Diário da República n.º 145/2021, Série I de 2021-07-28	Procede à criação do Fundo de Capitalização de Empresas.
Reajustamento do Calendário Fiscal para o 2.º semestre de 2021 - Declarações Periódicas de IVA e faturas em PDF Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 260/2021-XXII, de 2021-07-27	Reajustamento do Calendário Fiscal para o 2.º semestre de 2021 - Declarações Periódicas de IVA e faturas em PDF.
Código do IVA – Transações Intracomunitárias Portaria n.º 157/2021 Diário da República n.º 141/2021, Série I de 2021-07-22	Altera a declaração recapitulativa a que se referem a alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA e a alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, bem como as respetivas instruções de preenchimento, prevendo o registo, por contabilistas certificados, do facto determinante de uma situação de justo impedimento de curta duração.
Reajuste do calendário fiscal de 2021 - Modelo 22 e IES/DA Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 240/2021-XXII, de 2021-07-14	Reajuste do calendário fiscal de 2021 - Modelo 22 e IES/DA.
Processo de recuperação económica e social Resolução da Assembleia da República n.º 198/2021 - Diário da República n.º 133/2021, Série I de 2021-07-12	Alargamento do objeto da comissão eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social.
Ajustamento do calendário fiscal de 2021 Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 232/2021-XXII, de 2021-07-08	Flexibilização das obrigações fiscais no âmbito do princípio de colaboração mútua entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e os cidadãos e as empresas.
Declaração Mensal de Imposto do Selo – Prorrogação do Despacho n.º 42/2021-XXII Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 224/2021-XXII, de 2021-07-08	Declaração Mensal de Imposto do Selo (DMIS) - Prorrogação do Despacho n.º 42/2021-XXII até ao final do ano de 2021.
Regime excecional para mora no pagamento da renda e fornecimento de serviços essenciais Decreto-Lei n.º 56-B/2021 - Diário da República n.º 130/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-07	Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda e estabelece a garantia de fornecimento de serviços essenciais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Medidas extraordinárias de apoio aos trabalhadores e às empresas	Prorroga medidas extraordinárias de apoio aos trabalhadores e às empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Assunto/Diploma	Descrição
Decreto-Lei n.º 56-A/2021 - Diário da República n.º 129/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-06	
Flexibilização das obrigações fiscais Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 215/2021-XXII, de 2021-07-02	Flexibilização das obrigações fiscais.
Antecipação de fundos europeus – Inscrição orçamental – Assunção de encargos plurianuais Portaria n.º 138-F/2021 - Diário da República n.º 126/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-01	Primeira alteração à Portaria n.º 48/2021, de 4 de março, que estabelece os procedimentos de antecipação de fundos europeus de inscrição orçamental e de assunção de encargos plurianuais.
Aplicação da limitação de pagamentos por conta Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 205/2021-XXII, de 2021-06-30	Aplicação da limitação de pagamentos por conta.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Zonas livres tecnológicas – Promoção da inovação de base tecnológica Decreto-Lei n.º 67/2021- Diário da República n.º 147/2021, Série I de 2021-07-30	Estabelece o regime e define o modelo de governação para a promoção da inovação de base tecnológica através da criação de zonas livres tecnológicas.
Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço – Execução do Regulamento (UE) Decreto-Lei n.º 65/2021 - Diário da República n.º 147/2021, Série I de 2021-07-30	Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019.
Valor das taxas pelos serviços da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – Regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios Portaria n.º 165/2021 - Diário da República n.º 147/2021, Série I de 2021-07-30	Primeira alteração à Portaria n.º 1054/2009, de 16 de setembro, que fixa o valor das taxas pelos serviços prestados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.
Relatório sobre «Portugal na União Europeia 2020» Resolução da Assembleia da República n.º 218/2021 - Diário da República n.º 146/2021, Série I de 2021-07-29	Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia 2020».
Plano de Investimento em Material Circulante Ferroviário Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2021 - Diário da República n.º 144/2021, Série I de 2021-07-27	Aprova o Plano de Investimento em Material Circulante Ferroviário para a CP - Comboios de Portugal, E. P. E., que inclui a aquisição de 117 unidades automotoras elétricas.
Recomenda a eliminação de paraísos fiscais Resolução da Assembleia da República n.º 211/2021 - Diário da República n.º 144/2021, Série I de 2021-07-27	Recomenda ao Governo que procure internacionalmente soluções para eliminar os paraísos fiscais.
Código do IVA – Declaração periódica, anexo R Portaria n.º 159/2021 - Diário da República n.º 141/2021, Série I de 2021-07-22	Altera a declaração periódica de IVA, anexo R e respetivas instruções de preenchimento, prevendo o registo, por contabilistas certificados, do facto determinante de uma situação de justo impedimento de curta duração, e a declaração de valores no âmbito da regra de inversão do sujeito passivo aplicável à aquisição de cortiça, madeira, pinhas e pinhões com casca.

Assunto / Diploma

Sumário

<p>Código do IVA – Autorização prévia do procedimento de regularização</p> <p>Portaria n.º 158/2021 - Diário da República n.º 141/2021, Série I de 2021-07-22</p>	<p>Altera a declaração do pedido de autorização prévia no procedimento de regularização previsto nos artigos 78.º-B e 78.º-C do Código do IVA, bem como as respetivas instruções de preenchimento, prevendo o registo, por contabilistas certificados, do facto determinante de uma situação de justo impedimento de curta duração.</p>
<p>Código do IVA – Transações Intracomunitárias</p> <p>Portaria n.º 157/2021 - Diário da República n.º 141/2021, Série I de 2021-07-22</p>	<p>Altera a declaração recapitulativa a que se referem a alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA e a alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, bem como as respetivas instruções de preenchimento, prevendo o registo, por contabilistas certificados, do facto determinante de uma situação de justo impedimento de curta duração.</p>
<p>Medidas especiais de contratação pública – Código dos Contratos Públicos – Código de Processo nos Tribunais Administrativos</p> <p>Declaração de Retificação n.º 25/2021 - Diário da República n.º 140/2021, Série I de 2021-07-21</p>	<p>Retifica a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que «Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro».</p>
<p>Acordo entre Portugal e os PALOP – Revisão em matéria fiscal</p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 59/2021 - Diário da República n.º 139/2021, Série I de 2021-07-20</p>	<p>Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que revê em matéria fiscal o Acordo entre o Governo Português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa referente ao Estabelecimento da Sede da Comunidade em Portugal, assinado em Lisboa, em 3 de julho de 1998.</p>
<p>Acordo entre Portugal e os PALOP – Revisão em matéria fiscal</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 209/2021 - Diário da República n.º 139/2021, Série I de 2021-07-20</p>	<p>Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que revê em matéria fiscal o Acordo entre o Governo Português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa referente ao Estabelecimento da Sede da Comunidade em Portugal, assinado em Lisboa, em 3 de julho de 1998.</p>
<p>Medidas excecionais de apoio às empresas e aos trabalhadores</p> <p>Portaria n.º 155/2021 - Diário da República n.º 139/2021, Série I de 2021-07-20</p>	<p>Altera a Portaria n.º 261/2020, de 5 de novembro, que executa o regime excecional de medidas de apoio às entidades empregadoras, aos trabalhadores e às pessoas em situação de desemprego, lesadas pelo incêndio ocorrido em 13 de julho de 2020 que afetou as empresas com sede ou estabelecimento no Centro de Apoio à Criação de Empresas do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, previstas nos números 2 e 5 a 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2020, de 28 de agosto.</p>
<p>Minutas dos contratos fiscais de investimento</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2021 - Diário da República n.º 138/2021, Série I de 2021-07-19</p>	<p>Aprova as minutas dos contratos fiscais de investimento a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades comerciais.</p>
<p>Projeto-piloto «Integrar Valoriza»</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2021 - Diário da República n.º 132/2021, Série I de 2021-07-09</p>	<p>Aprova o projeto-piloto «Integrar Valoriza».</p>
<p>Apoio financeiro no âmbito do PEE - Programa Valorizar</p> <p>Portaria n.º 270/2021 - Diário da República n.º 131/2021, Série II de 2021-07-08</p>	<p>Apoio financeiro à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito do PEE - Programa Valorizar.</p>
<p>Investimento na transição digital</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 190/2021 - Diário da República n.º 127/2021, Série I de 2021-07-02</p>	<p>Recomenda ao Governo o investimento na transição digital nos museus, palácios e monumentos.</p>
<p>Plano Ferroviário Nacional</p> <p>Despacho n.º 6460/2021 - Diário da República n.º 126/2021, Série II de 2021-07-01</p>	<p>Determina a elaboração de um Plano Ferroviário Nacional (PFN), criando para tal um grupo de trabalho, com a finalidade de definir a rede ferroviária que assegura as comunicações de interesse nacional e internacional.</p>
<p>Regime de descontos em lanços e sublanços de autoestradas</p> <p>Portaria n.º 138-D/2021 - Diário da República n.º 125/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-06-30</p>	<p>Regulamenta o novo regime de descontos a aplicar em vários lanços e sublanços de autoestradas.</p>

Assunto / Diploma**Sumário**

Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública Portaria n.º 138-A/2021 - Diário da República n.º 125/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-30	Procede à regulamentação da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho.
---	--
